

Universidade Estadual Paulista — Unesp

NOTA OFICIAL

Assuntos relativos à Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus de Araraquara:

1. Reunião com Reitor na Prefeitura de Araraquara terça (26/6) às 9h
2. Alunos decidem em assembléia se encerram greve.
3. Congregação da Faculdade apóia medidas tomadas pelo Diretor.
4. Decisão de data e hora da desocupação foi da PM.
5. Presença do Diretor da desocupação foi pedida pelos alunos.
6. Operação policial não recorreu à força física.
7. A posição da Reitoria sobre ocupações.

1. Reunião com Reitor na Prefeitura de Araraquara terça (26/6) às 9h

Dando continuidade à sua política de diálogo com a Comunidade Unespiana, iniciada desde o começo de sua gestão em janeiro de 2005, o Reitor Marcos Macari estará na sede da Prefeitura Municipal de Araraquara para participar de reunião de esclarecimentos com a Direção da FCL, representantes da Adunesp (Associação dos Docentes da Unesp), do Sintunesp (Sindicato dos Trabalhadores da Unesp), de alunos e também com o Prefeito. O Reitor já esteve diversas vezes no Câmpus de Araraquara, onde participou de duas sessões abertas da Congregação da FCL.

2. Alunos decidem em assembléia se encerram greve

Está programada também para a próxima terça-feira, à noite, assembléia de estudantes da FCL para deliberar sobre a continuidade ou o encerramento da greve. Os docentes e servidores técnicos e administrativos da Faculdade já decidiram em assembléias encerrar a greve.

3. Congregação da Faculdade apóia medidas tomadas pelo Diretor

Em reunião realizada pela Congregação na sexta-feira (22/6), o Diretor da FCL informou que a os alunos se retiraram pacificamente da Diretoria e não causaram danos ao patrimônio público. A Congregação apoiou as medidas tomadas pela Direção referentes à invasão e à ocupação ocorrida em 13/6. Com a desocupação da Diretoria e a normalização das atividades de trabalho na FCL, a Congregação deliberou autorizar o Diretor a retomar as negociações com os alunos. Para isso, já está agendada uma reunião extraordinária da Congregação da Faculdade na próxima quarta-feira (27/6) em que será discutida a pauta de reivindicações.

4. Decisão de data e hora da desocupação foi da PM

Diferentemente do que afirmaram alguns veículos de imprensa, nem a Diretoria da FCL nem a Reitoria da Unesp "apressaram" o cumprimento da reintegração de posse determinada e notificada pela Justiça em 15/06. Em reunião na mesma data com representantes do movimento, o Diretor:

- a) informou que o cumprimento da medida judicial pela polícia poderia acontecer a qualquer momento, pois sua notificação já havia sido feita pelos oficiais de Justiça;
- b) comunicou que ele havia sido autorizado pela Congregação a esclarecer itens da pauta de reivindicações e a negociar a desocupação; e
- c) fez um apelo para que os alunos encerrassem a ocupação sem que fosse necessário o cumprimento pela polícia da decisão judicial, pois os ocupantes não haviam mudado de posição.

5. Presença do Diretor da desocupação foi pedida pelos alunos

Integrantes do movimento de ocupação, em reunião com o Diretor da FCL no início da semana passada, pediram a ele que estivesse presente ao lado deles se a operação policial de desocupação viesse a acontecer. O Diretor se comprometeu a atender esse pedido.

A Polícia Militar comunicou a operação de desocupação cerca de duas horas antes de seu início, na quarta-feira (20/6). A Diretoria e a Reitoria pediram e obtiveram imediatamente esclarecimentos sobre os procedimentos de cautela a serem adotados. O comando da operação concordou com a presença do Diretor ao lado dos alunos, conforme havia sido acertado com eles.

Desse modo, o Diretor ficou junto aos alunos no momento da retirada e registrou, no termo circunstanciado de ocorrência policial, que eles saíram pacificamente e que não houve danos ao patrimônio público.

6. Operação não recorreu à força física

Diferentemente do que foi divulgado por alguns veículos de comunicação, os 92 ocupantes da Diretoria da Faculdade não foram retirados da Diretoria da FCL por meio de força física nem foram algemados. Os policiais do 13º Batalhão de Polícia Militar, de Araraquara, não portavam algemas e toda a desocupação foi filmada. Os 30 integrantes do policiamento de choque presentes se limitaram a observar a operação.

Os alunos foram levados em dois ônibus ao 4º Distrito Policial para prestar declarações acompanhados pelo advogado Jorge Bedran, representante da OAB de Araraquara, que declarou não ter havido nenhuma pessoa ferida e que a operação aconteceu dentro da legalidade, sem abuso de poder.

Apesar de nenhum dos depoentes ter reclamado de danos corporais, todos foram submetidos a exames médicos por decisão do Delegado Titular, que procederá à elaboração de termo circunstanciado apuratório de invasão e ocupação de prédio público e de desobediência a ordem judicial.

7. A posição da Reitoria sobre ocupações

Na sexta-feira (22/6), foi encerrada a ocupação no Câmpus de Assis. Continuam as ocupações nos câmpus de Rio Claro (parte de um dos blocos didáticos), Franca (sala da Vice-Diretoria), Ourinhos (salas de aulas ocupadas e trancamento de porta de acesso à área acadêmica e administrativa) e em corredores e salas de aula do Instituto de Artes (no Ipiranga, em São Paulo).

A Reitoria da Unesp, que desde o início da atual gestão tem participado de reuniões com alunos, docentes e servidores técnicos e administrativos nas suas 32 Unidades, reafirma sua disposição de permanente diálogo, mas se recusa a negociar sob coação por meio de recursos violentos, e reitera os termos do comunicado interno emitido no dia 19/6, cuja cópia está transcrita a seguir.

São Paulo, 23 de junho de 2007

Assessoria de Comunicação e Imprensa da Unesp

Universidade Estadual Paulista – Unesp
REITORIA

São Paulo, 19 de junho de 2007

À Comunidade Unespiana,

Desde o início da atual gestão, em janeiro de 2005, a Reitoria tem participado sistematicamente de reuniões nas Unidades, ampliando o diálogo e a discussão sobre as prioridades e os rumos da Universidade.

Devido à nossa convicção de que a vontade institucional emana dos seus Colegiados Superiores, estimulamos a participação estudantil nesses Órgãos. Infelizmente, essa participação está esvaziada por falta de entendimento entre os próprios discentes, que, dessa forma, deixam de discutir e de participar de importantes decisões acadêmicas e administrativas.

Apesar de ainda não ter sido regulamentado o direito de greve para o serviço público, que é previsto pela Constituição Federal, reconhecemos sua legitimidade e o respeitamos como recurso de negociação.

No entanto, sobre as recentes invasões e ocupações de dependências da Universidade, a lei é clara e não nos faculta deixar de tomar medidas cabíveis diante do risco ao patrimônio público e de constrangimentos físicos e morais, que implicam não só a renúncia ao diálogo e ao uso da razão, mas também o desrespeito ao próprio estado de Direito, tão arduamente conquistado pela mobilização conseqüente de vários setores da sociedade brasileira.

Desse modo, não discutiremos reivindicações sob coação por meio de recursos violentos, não deixaremos de apurar responsabilidades, nem hesitaremos em recorrer à Justiça para restabelecer o respeito à civilidade, ao diálogo e à razão.

Marcos Macari

Reitor